

# Uma viagem ao sertão da Província da Paraíba: relato do presidente Silva Nunes no jornal *O Imparcial*, 1860

Charliton José dos Santos Machado\*

Fabiana Sena da Silva\*\*

## Resumo

Esse artigo tem como objetivo dar visibilidade a primeira viagem ao sertão da Paraíba no século XIX do presidente de província, Presidente Luiz Antônio da Silva Nunes, realizada de 17 de setembro a 17 de outubro de 1860, percorrendo 4 cidades, 13 vilas e demais povoados, fazendas e engenhos. O jornal *O Imparcial*, criado no governo do presidente de província, publicou artigos sobre essa viagem e trouxe à tona o sertão paraibano ao tratar costumeiramente dos prédios públicos, tais como: escolas, igrejas, cadeias e cemitérios. A viagem foi uma maneira de conhecer a elite das localidades que visitou e os estabelecimentos públicos, ao mesmo tempo em que se fez ser conhecido. Por fim, reconstituir o relato de viagem do presidente de província, Sr. Silva Nunes, por meio do jornal possibilita compreendê-lo a partir de informações, dados, fatos e costumes de uma época.

*Palavras chave:* Relato de viagem - Jornais - Educação no sertão - Alfabetização

\*Doutor em Educação (UFRN), Professor Associado III da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador do CNPq (PQ1D). email: charliltonlara@yahoo.com.br.

\*\*Doutora em Letra (UFPB), Professora Adjunta IV da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora do CNPq. Email: fabianasena@yahoo.com.br

## **Un viaje al sertão de la Provincia de Paraíba: relato del presidente Silva Nunes em el diário O Imparcial, 1860**

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo dar visibilidad al primer viaje al *sertão* de Paraíba, en el siglo XIX, del presidente Luiz Antônio da Silva Nunes, realizada desde el 17 de septiembre al 17 de octubre de 1860, recorriendo cuatro ciudades, trece villas y demás poblados, estancias e ingenios. El diario *O Imparcial*, creado em el gobierno del presidente de provincia, publicó artículos sobre ese viaje y colocó el tema del desierto paraibano al tratar habitualmente los predios públicos, tales como: escuelas, iglesias, cárceles y cementerios. El viaje fue una manera de conocer las élites de las localidades que visitó y los establecimientos públicos, al mismo tiempo en que se hizo conocido. Finalmente, reconstruir el relato de viaje del presidente de provincia, Sr. Silva Nunes, por medio del diario posibilita comprenderlo a partir de informaciones, datos, hechos y costumbres de una época.

*Palabras clave:* Relato de viaje - Diario - Educación en el interior - Alfabetización

## **A trip to the sertão Paraíba province: president Silva Nunes' report on newspaper O Imparcial, 1860**

### **Abstract**

This article aims to give visibility to the first trip to the interior of Paraíba in the nineteenth century Provincial President, President Luiz Antonio da Silva Nunes, held from 17 September to 17 October 1860, covering four cities, 13 towns and villages too, farms and mills. The newspaper *O Imparcial*, created in government Provincial President, published articles on this trip and brought out the Paraíba hinterland to treat customarily public buildings, such as schools, churches, jails and cemeteries. The trip was a way to meet the celebrity of the locations we visited and the public, while that became to be known. Finally, reconstruct the travel report of Provincial President, Mr. Silva Nunes, through the newspaper enables understand it from information, data, facts and customs of a time.

*Key words:* Travel report - Newspapers - Education in the wilderness - Alphabetization

Em sua primeira administração provincial, o Presidente Luiz Antônio da Silva Nunes<sup>1</sup> partiu, no dia 17 de setembro de 1860, da capital da Paraíba do Norte rumo ao sertão, tornando-se o primeiro a realizar esse feito nessa província, possivelmente inspirado pela empreitada de D. Pedro II, no ano de 1859, que viajou pelas províncias do Norte, onde visitou Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba<sup>2</sup>, cuja duração foi de quatro meses. A visita do Imperador na província da Paraíba ocorreu entre os dias 24 a 29 de dezembro de 1859, conforme anuncia as primeiras linhas do Relatório de Presidente de Província de Ambrósio Leitão da Cunha ao seu sucessor, Luiz Antônio da Silva Nunes:

Devo começar pela menção do importante facto, que a história desta província registrará sem dúvida como um dos mais elevados e fecundos em proveitosas consequências para sua prosperidade, e futura grandesa – a Visita Imperial.

Aqui estiveram SS. MM. II desde as 3 horas da tarde de 24 até as 9 horas da manhã de 30 dezembro do anno próximo passado<sup>3</sup> (Paraíba, 1860a, p. 1).

Quanto à viagem do presidente Silva Nunes, essa teve a duração de um mês, quando percorreu 4 cidades, 13 vilas e demais povoados, fazendas e engenhos. Sob o testemunho registrado no jornal *O Imparcial*, os leitores puderam acompanhar esse ato presidencial que trouxe à tona o sertão paraibano ao tratar costumeiramente dos prédios públicos, tais como: escolas, igrejas, cadeias e cemitérios.

Com vistas a apontar os feitos dessa itinerância, buscamos dar visibilidade a primeira viagem ao sertão da Paraíba no século XIX de um presidente de província, interessando-nos, mais especificamente, como a instrução primária foi apresentada e registrada pela lente de

---

1 Luís Antônio da Silva Nunes nasceu no Rio Grande do Sul, em 2 de junho de 1830, e faleceu no Rio de Janeiro, no ano de 1911. Exerceu o cargo de Presidente de Província na Bahia no período de 16 de agosto de 1875 a 5 de fevereiro de 1877. Após a presidência da província da Paraíba, ele assumiu o cargo de deputado pela província do Espírito Santo (1861-1868).

2 Conferir o trabalho de Oliveira e Cury (2013) que trata da visita do monarca a essa província.

3 Mantemos a ortografia da época.

um homem de Estado. Para tanto, tomaremos para a análise o texto transcrito de Wilson Nóbrega Seixas<sup>4</sup> na obra intitulada *Viagem através da província da Paraíba*, publicada em 1985, em virtude do jornal não se encontrar disponível nos arquivos públicos da Paraíba. A análise se centrará nos elementos que estão além dos enunciados propriamente dito, em que Foucault (2000), por meio de uma “ordem do discurso”, nos auxiliará observar aspectos que não estariam necessariamente nas linhas ou nos significantes dos termos utilizados nas fontes estudadas. Mas, sobretudo, nos efeitos de verdade que são produzidos dentro dos discursos que, em si mesmos, não são falsos nem verdadeiros. Nessa perspectiva, buscamos identificar “regime da verdade” enquanto um componente efetivo na constituição das práticas discursivas, que, de acordo com Foucault (2012) “por verdade, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (p. 54). Ao considerar que não temos o suporte para compreender como os discursos estavam dispostos e atrelados a outros, reconhecemos, assim, que trazer à tona tais escritos nos possibilita, ainda, levantar indícios da instrução pública paraibana no século XIX.

*O Imparcial* foi criado para divulgar os feitos do presidente, pois, de acordo com Seixas (1985) “Silva Nunes tomou posse do governo no dia 17 de abril de 1860 e já a 11 do mesmo ano circulava O Imparcial, cessando a sua publicação a 15 de abril do ano seguinte” (p.19). Esse jornal era de cunho político, literário e noticioso, e era publicado duas vezes na semana pela tipografia de José Rodrigues da Costa<sup>5</sup>, na rua Direita, nº 6, cujo responsável pela publicação era Atilano Chrispiniano da Silva. Na

---

4 Wilson Nóbrega Seixas nasceu na cidade de Pombal, no sertão da Paraíba, e tornou-se cirurgião-dentista. Publicou obras como *O Velho Arraial das Piranhas* (1962), *Os Pordeus do Rio do Peixe* (1972) e *Odontologia na Paraíba* (1974). No livro *Viagem através da província da Paraíba*, Seixas (1985, p. 62) deixa claro que o motivo dessa publicação: “De tudo quanto se escreveu através das colunas de O IMPARCIAL, o que, na verdade, nos chamou mais a atenção foi a excursão do presidente Silva Nunes ao interior da província...”

5 Esse tipógrafo implantou a primeira tipografia privada na província da Paraíba, de modo que diversos jornais foram publicados nela, a exemplo, do jornal *O Governista Parahibano*, de 1850.

última edição, o redator informa, na coluna intitulada 'Nossa missão', o encerramento das suas atividades:

...deu lugar a que tomassemos posição na imprensa o facto de haveremos contractado com o tesouro provincial a publicação dos actos oficiais, circumstancia que unida ao bom desejo de prestarmos a administração do Exm. Sr. Silva Nunes o nosso fraco mas sincero e desinteressado apoio impoz-nos a criação do <Imparcial> que durante nove mezes de existência soube – conservar o seu posto com honra, fazendo contra os desmandos, profligando a calunia, restabelecendo a verdade dos fatos, conservando sempre a discussão em altura conveniente, a par do comedimento da linguagem, expúnhamos com franqueza a nossa opinião. (O imparcial, 1861, p. 4).

Compreender o suporte jornal como um objeto cultural possibilita verificar a sua especificidade discursiva, além de situá-lo em seu contexto histórico e político. Nessa perspectiva, o jornal se tornou um processo de divulgação que o presidente utilizou para anunciar os seus atos. Embora o título do periódico denote a ideia de neutralidade, *O Imparcial* circulou tão somente no governo do Sr. Silva Nunes, o que nos faz supor que a ideia proposta pelo título não tenha sido atingida. O relato da viagem do presidente foi publicado parcialmente nesse periódico, podendo ser compreendido como produto desse, pois se transformou em notícias ao se fragmentar e receber tratamento jornalístico para noticiar o evento em virtude do suporte de publicação em favor da ordem vigente.

Embora sem o suporte físico para visualizar o relato da viagem transformado em de notícia, faz-se necessário compreender que a criação do jornal para publicar seus feitos se configura como estratégia de autopromoção, considerando que o jornal é uma instância de consagração no século XIX. Nessa perspectiva, Bourdieu (1996) afirma que “o desenvolvimento da imprensa é um indício, entre outros, de uma expansão sem precedente do mercado de bens culturais, ligada por uma relação de causalidade circular ao afluxo de uma população” (p. 70). De acordo com Sena (2011) “No Brasil e, mais especificamente, na Paraíba, a imprensa teve a mesma função, a de mercado dos bens culturais, tornando-se o lugar por excelência de validação, de consagração (p. 72)” do homem público.

No século XIX, o jornal é um suporte que abarca diversos gêneros discursivos – carta, aviso, anúncio, artigos –, de modo que se faz necessário verificar o hibridismo entre os gêneros. Nesse caso, o relato de viagem quando transposto para o jornal tornou-se notícia. Na perspectiva do gênero híbrido, podemos tomar o escrito de viagem ao sertão como um relato de viagem oficial, por constatar “que basta alguém se deslocar de um lugar ao outro e escrever um texto sobre a experiência para que este seja considerado um relato de viagem, mesmo que o autor não tenha saído de casa” (Junqueira, 2011, p.46).

Considerando a contextualização do jornal, compreendemos o lugar de enunciação do presidente a partir de duas vias. A primeira por meio do axioma divulgado por Benjamin (2012) a de “quem viaja tem muito que contar, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe” (p. 214). A outra é a representação da permanência do Imperador na província. Segundo Sena e Barbosa (2011), “os presidentes de província se constituíam como o dizer autorizado, como o difusor da estratégia ideológica de fortalecimento da nação e da monarquia, como deixam bastante explicitados em seus relatórios” (p. 37). Assim, a voz que narra o relato ou que informa o que está ocorrendo vem de um poder autorizado e instituído, tornando o relato de uma viagem em um acontecimento, pois, como afirma Foucault (2000): “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (p. 26). Ora, as informações dos prédios públicos das localidades que o presidente visitou não eram novidades para os leitores de jornais, pois elas estavam impressas nos relatórios dos presidentes de províncias, os quais eram publicados nos periódicos. Entretanto, o novo estava na viagem do presidente ao sertão, que partiu da capital, passando pela vila do Pilar até Sousa, e regressou por Catolé do Rocha, finalizando em Mamanguape. Por meio dessa viagem, o Sr. Silva Nunes buscou se fazer presente por toda a província, conforme demonstra a figura 1, que permite visualizar o trajeto percorrido durante um mês.

Diante da viagem do presidente, interessa-nos saber o processo de produção do relato. Teria escrito o próprio presidente ou alguém da sua comitiva? Inicialmente, esse relato foi dirigido a quem? Teria sido relatado diretamente ao redator do jornal? De acordo com Junqueira (2011),

O relato de viagem, ou parte dele, podia ser escrito por alguém que nunca tivesse saído de trás da sua mesa (em geral, um cientista ou profissional do texto). Não era obrigatório que aquele que realizasse a viagem escrevesse sobre ela (p. 52)

Nesse sentido, podemos indagar sobre a veracidade desse gênero discursivo, que Outeirinho (s/d) assim denomina: “conjunto de narrativas de viagem (...) apresenta traços bem peculiares: não estamos perante viagens imaginárias, mas perante testemunhos pessoais, fruto de experiências viáticas efetivamente acontecidas – o que não significa que não possa existir dimensão efabulatória” (p. 310).

Na fronteira entre o real e o imaginário, os relatos de viagem do presidente possibilitam capturar a atenção do leitor, uma vez que eles foram publicados n' *O Imparcial* em uma série de artigos sob o título *A Viagem do presidente Silva Nunes ao sertão da Província*. A partir da escrita do redator, um dos artigos se inicia da seguinte forma:

No número anterior damos notícia da partida de S. Exa. e das pessoas que o acompanharam até a povoação de Santa Rita; hoje mais habilitados vamos inteirar os nossos leitores do modo como há sido S. Exa. recebido nas localidades onde se tem demorado” (Seixas, 1985, p. 64).

Essa estratégia discursiva, a de recuperar em linhas breves o que já foi noticiado, possibilita compreender como o relato foi sendo transformado em notícias.

A figura do redator era ressaltada por Seixas (1985) ao transcrever os artigos em seu livro, demonstrando uma relação de poder entre o presidente e o redator, afinal, o jornal foi criado na administração do primeiro. Assim, esse poderia indicar, recomendar e/ou determinar o que seria publicado por aquelas páginas.

Um dado que precisa ser levado em consideração são as transcrições de Seixas que não revelam quando os artigos foram publicados, de modo que não sabemos se o relato da viagem foi realizado durante ou após a viagem. De uma forma ou de outra, os relatos foram publicados parcialmente, o que garantiria a compra do jornal, aumentando a expectativa dos leitores. Com uma série de quatro artigos publicados, o pri-

meiro inicia com o seguinte informe aos leitores:

Saiu S. Exa. da Capital (1) ao seu destino às 4 e meia da manhã do dia 17 de setembro. Acompanhava a S. Exa. O chefe de seção da secretaria Dr. Antônio de Souza Carvalho em toda a viagem, como oficial de gabinete.” (Seixas, 1985, p. 62).

Como se configurou como uma viagem oficial,

muitas pessoas gradas, e entre estas o Dr. Manoel Tertuliano Thomaz Henriques, o presidente da Assembléia Provincial, comandante do meio batalhão e do corpo policial apresentaram na ocasião da partida e acompanharam a S. Exa., além da povoação de Santa Rita” (Seixas, 1985, p. 62).

Nos artigos publicados no jornal são demonstrados como eram as chegadas e as partidas do presidente em cada localidade pela sua elite, que preparava festas, como notícia *O Imparcial* no lugarejo Passagem de Martins e na vila de Pilar, respectivamente:

... foi S. Exa. Recebido por um numeroso concurso de mais de cem cavaleiros, entre os quais grande parte da oficialidade da guarda nacional, a cuja testa se achava o sr. Comendador Ismael da Cruz Gouveia, coronel comandante do respectivo batalhão. Logo depois um outro grupo maior de 50 cavaleiros, capitaneado pelo sr. dr. João da Mata, se incorporou a S. Exa., que assim entrou na vila às 7 e meia da noite acompanhado de mais 200 cavaleiros, entre os quais o exmo. Barão de Mamanguape<sup>6</sup>, o dr. Juiz de direito, o promotor público da comarca, o dr. João Antônio Fernandes de Carvalho, o tenente coronel José Fernandes de Carvalho, e outras muitas pessoas gradas, e

---

6 À Flávio Clementino da Silva Freire, proprietário rural e político, foi concedido o título de Barão de Mamanguape, pois, conforme Oliveira e Cury (2013): “Como era de praxe nas visitas imperiais às províncias, antes mesmo de deixar o local visitado, como aconteceu na Bahia e em Pernambuco, ou depois do retorno à Corte, como ocorreu em relação à Paraíba, o gabinete do monarca providenciava a concessão de títulos e comendas em reconhecimento àqueles cidadãos que, de alguma forma, houvessem contribuído e facilitado a estadia e realização dos compromissos públicos de Suas Majestades Imperiais em seus *séjours*. Tal prática não foi destoante na Parahyba do Norte, portanto” (p. 12).

proprietários distintos da vila e suas vizinhanças (Seixas, 1985, p. 63).

Ao chegar S. Exa. Ao paço municipal que estava muito bem preparado, uma música marcial tocou o hino nacional e subiram aos ares crescidos números de foguetes, que continuaram durante toda a noite, cessando a música de tocar depois de nove horas. (Seixas, 1985. p. 65).

A receptividade do presidente nas localidades onde visitou demonstra o mesmo efeito de quando esse chega à província designado pelo Imperador. A esse respeito, Sena e Barbosa (2012) afirmam que “aos presidentes eram conferidos alguns rituais tais como a recepção que lhes era oferecida, demonstrando àquelas províncias que eles representavam o próprio Imperador” (p. 37). Na ocasião há o hasteamento da bandeira imperial, as boas-vindas de um guarda-de-honra, a queima de fogos de artifício e a música, elementos que compõem o ritual da chegada do presidente. Possivelmente, para os homens públicos das localidades por onde o presidente de província passou devesse representar a presença do próprio Imperador. Tal representação toma visibilidade quando:

Às 8 da noite foi tocado o hino nacional, em frente da residência do presidente, pela música marcial; o digno comandante superior deu vivas à SS. MM. II, às Augustas Princesas e ao delegado de S. M. o Imperador nesta província, que foram com grande e espontâneo entusiasmo correspondidos, subindo aos ares crescido número de foguetes (Seixas, 1985, p. 70).

Com essa representatividade que era própria dos presidentes de província, no decurso da viagem, o Sr. Silva Nunes esteve rodeado da elite local, em meio a clima de festa, a exemplo de Pilar: “Havia um desejo, certa ansiedade de se aproximarem todos a S. Exa. que as regras da etiqueta foram esquecidas, o que deu lugar a ficarem todos cobertos de pesado pó” (Seixas, 1985, p. 65). “S. Exa. convidou para a mesa os de sua comitiva, os drs. Juiz de direito, promotor, barão de Mamanguape, João da Mata e padre Patrício”. (Seixas, 1985, p. 66).

Em se tratando das visitas aos estabelecimentos escolares, cujo propósito, aparentemente, do presidente era conhecer os prédios públicos,

Oliveira e Cury (2013), apresentam o seguinte registro:

Em sua passagem pela Parahyba D. Pedro II visitou, nas vilas de Pilar e Mamanguape, as escolas de primeiras letras (...). Como parte das atividades que o monarca julgava importantes durante o périplo pelas províncias de seu império sempre se destacava a de examinar escolas de meninos, de meninas e seus mestres, usualmente de forma inesperada e sem muita preparação prévia. (p. 11)

Essa prática é semelhante à já realizada pelo Imperador, quando ia ao Colégio Pedro II assistir aos concursos e aulas, frequentemente. Seguindo os passos do monarca em sua visita à província, o presidente Silva Nunes percorreu os mesmos lugares por onde passou. A primeira visita a uma escola foi na vila do Ingá: “Depois do almoço saiu S. Exa. a visitar as escolas de primeiras letras de ambos os sexos, nas quais examinou um menino e uma menina”. (Seixas, 1985, p. 67). Na vila de Cabaceiras, o presidente, igualmente, fez o mesmo procedimento na escola de primeiras letras:

... visitou a escola de primeiras letras que é apenas frequentada por quatro meninos. S. Exa. dominado pelo louvável zelo de por si ver e examinar as cousas, ordenou ao professor que fizesse um dos alunos ler, o que não pôde ter lugar por declarar o professor que nenhum dos quatro alunos sabia ler e menos escrever, entrando no número destes uma criança de 18 anos.

A visita de S. Exa. à escola foi um desapontamento para o professor, que não podia ficar satisfeito fosse tão visível e palpavelmente conhecido o modo como se dedica ele ao magistério, e cumpre os deveres de funcionário público.

S. Exa. mostrou-se desgostoso do estado de abandono em que se encontrou a escola da vila de Cabaceiras. (Seixas, 1985, p. 72)<sup>7</sup>.

A visita a essa escola revelou que professor não cumpria com os seus deveres de magistério, segundo a insatisfação demonstrada pelo Presidente. A este cabia ensinar instrução moral e religiosa; leitura; caligrafia; aritmética até proporções; os elementos da gramática portuguesa; noções

---

7 grifos nossos

gerais de geometria prática sem demonstrações, conforme o Regulamento da Paraíba, de 20 de janeiro de 1849. O exame oral comprovou que o professor nem sequer ensinou aos seus quatro alunos sabiam ler e escrever, dando visibilidade a falta de zelo e proveito dos alunos. Em razão disso, possivelmente, verificou-se a presença de um aluno de 18 anos, que, de acordo com o Regulamento supracitado, a escola primária constará de três divisões principais, considerando a idade dos alunos e dos objetos de ensino: crianças de 6 a 8 anos formarão a 1ª divisão; as de 8 a 10 anos são da 2ª divisão e; a 3ª divisão se comporá de crianças a partir de 10 anos. Entretanto, alunos com 18 anos de idade são inapropriados para a escola primária, devendo este já estar em um ensino mais avançado.

Os deveres para o exercício do magistério incluem a moralidade, a disciplina e o controle de frequência dos alunos. A Lei nº 20, de 6 de maio de 1837, da Paraíba, apresenta as obrigações dos professores:

Art. 12º – Terão por obrigação, tanto os professores, como as professoras. 1º) Tratar aos seus discípulos com docilidade e prudência. 2º) Fazer guardar entre eles uma recíproca amizade banindo de suas respectivas aulas os apelidos chulos e toda a idéia de rivalidades, a menos que não seja aquela que nasce da emulação do estado. 3º) Remeter ao Presidente da Província todos os anos, e em um tempo pelo mesmo mercado um mapa dos alunos, em que mostrem com clareza o grau de adiantamento de cada um deles. 4º) Observar e fazer observar em suas aulas os presentes estatutos, administrando o infrator; caso porém não aproveite a primeira e segunda admoestação, poderão usar além de outros castigos morais adaptados, de palmatoadas, que não excederão as seis em cada dia; usando porém deste castigo com a necessária moderação, e em proporção a idade dos alunos. Em argumentos de atrasados, que o professor, ou professora deverá estabelecer uma vez em cada semana, ou em desafios de uns com outros se admitirá também entre eles as palmatoadas até o número de doze, cada dia. 5º) Instruírem convenientemente os seus alunos nas obrigações contidas nos presentes Estatutos. (Paraíba, 1837, in: Pinheiro e Cury, 2004, p. 17)

Em sua passagem na vila de São João, o sr. Silva Nunes mostrou satis-

fação no desempenho dos alunos apenas do sexo masculino, conforme relata *O Imparcial* (Seixas, 1985):

... continuando o sr. Silva Nunes no propósito de ver e examinar por si as cousas e conhecer as pessoas, dirigiu-se à escola de primeiras letras, na qual examinou S. Exa. um dos alunos, que mostrou bastante adiantamento, o que foi verificado em relação aos demais alunos, resultado este de que se mostrou satisfeito o sr. Silva Nunes e prova que o respectivo professor toma interesse pela instrução de seus discípulos e procura assim cumprir os deveres do magistério. Outro tanto, porém, não sucedeu com a do sexo feminino, pois eram passados mais de dois meses que a cadeira estava sem haver quem a regesse, havia sido abandonada pela respectiva professora sem licença, constando fora dita professora exonerada por esse fato [grifos nossos]. (p. 74)

A mesma satisfação se repetiu na vila de Teixeira, conforme *O Imparcial*. Mas, de acordo com os enunciados supracitados, a responsabilidade do sucesso ou do fracasso dos alunos era atribuída ao professor. Tal responsabilidade parece ser comungada por todos, inclusive pelo próprio professor, quando no relato n' *O Imparcial* publicou que o professor da Vila de Cabaceiras ficou desapontado pelo desempenho de um aluno, mesmo que ele soubesse do seu esmero pela profissão. Mas de quem é esse testemunho? Como qualificar esse desapontamento? Como saber da dedicação do professor? Quem testemunhou o desapontamento? O presidente, alguém da comitiva ou algum inspetor<sup>8</sup> atestou os cumprimentos dos deveres do professor? Ou basta o próprio professor cumprir tão-somente com a obrigação de funcionário público para ter méritos? Com a professora da vila de São João, a responsabilidade foi atribuída exclusivamente a ela por ter abandonado o seu cargo sem licença, o que provocou a sua exoneração. Assim, o desinteresse dessa professora reve-

---

8 De acordo com as a Lei nº 20, de 6 de maio de 1837, cabe ao inspetor “[...] inspecionar as aulas, vigiar a conduta dos professores, e admoestarão àqueles, que não cumprirem com seus deveres primeira e segunda vez em termos decentes; e não aproveitando darão ao Presidente da Província parte circunstanciada para este proceder como for de justiça.” (Paraíba, 1837, in: Pinheiro e Cury, 2004, p. 18).

la, de acordo com *O Imparcial*, o fracasso das meninas ao serem examinadas pelo presidente.

A fiscalização e o controle das aulas e dos professores eram realizados por agentes do Estado, que, de acordo com a Lei nº 20, de 6 de maio de 1837, da Paraíba, no artigo 16º, revela esse mecanismo:

As aulas da capital serão fiscalizadas imediatamente pelo Presidente da Província ou por pessoa de sua confiança; e as outras por um inspetor nomeado pelo mesmo Presidente. Estes Inspetores deverão inspecionar as aulas, vigiar a conduta dos professores, e admoestarão àqueles, que não cumprirem com seus deveres primeira e segunda vez em termos decentes; e não aproveitando darão ao Presidente da Província parte circunstanciada para este proceder como for de justiça. As pessoas nomeadas pelo Presidente para fiscalizarem as aulas passarão atestados de freqüência aos respectivos professores. (Paraíba, 1837, in: Pinheiro e Cury, 2004, p. 16).

O cargo de Diretor Geral da Instrução Pública foi criado na Paraíba em 1849, por meio do Regulamento de 17 de janeiro, mediante a nomeação pelo Presidente da Província, tendo a função de “inspecionar todo e qualquer estabelecimento de instrução, assim como todas as aulas públicas provinciais, ou seja, seus professores providos pelo governo, ou seja particulares” (Paraíba, 1849, in: Pinheiro e Cury, 2004, p. 20). A partir da Lei nº 12, de 8 de agosto de 1860, decretada e sancionada pelo presidente da Paraíba Luiz Antonio da Silva Nunes, em seu art. 1º, nos parágrafos 2º e 3º, respectivamente, determina que “o Diretor será obrigado a percorrer e visitar as aulas provinciais, sempre que o governo entender conveniente; o lugar de Diretor só, interinamente poderá ser preenchido, por alguns dos lentes catedráticos”.

Na administração do Império havia hierarquia e centralização do poder, tendo o professor como o agente mais distante do topo, que era o Imperador, intermediado por outros agentes (inspetor, diretor da instrução, presidente). A partir desses agentes identifica-se que a divisão do trabalho na instrução pública se configura com a distribuição do poder em seu interior, que podemos compreender por “disciplina, com suas hierarquias, seus enquadramentos, suas inspeções” (Foucault, 2012, p.

334). Assim, Mattos (2004) esclarece as funções desses agentes:

Os professores primários apareciam como os dirigentes 'mais distantes'; o presidente, como "o mais próximo". Se este, por seu papel e função, era o elemento de coesão principal, que tornava poderosa e eficiente a força representada pelo conjunto dos professores, mas que, abandonada a si mesma, nada valeria. (p. 280)

Na vila do Piancó, o motivo do sucesso no desempenho das meninas é da professora, de modo que a instrução pública nessa vila é apresentada com consagrações:

...depois do almoço saiu de novo S. EXa., que foi visitar as escolas de ambos os sexos; na do masculino entrou S. Exa. quando o professor se ocupava nos exercícios próprios de sua aula, que foram mandados continuar, assistindo S. Exa. a argumentos, leitura, etc. com eu ficou o mesmo exmo. sr. satisfeito; sendo que a aula está bem frequentada, mostrando os discípulos aproveitamento, e o respectivo professor que tem as habilitações precisas para o cargo, o que toma interesse pelo ensino. Na do sexo feminino assistiu S. Exa. a iguais exercícios e leitura, e o resultado do idêntico; S. Exa. mostrou-se satisfeito com o adiantamento das meninas, o que prova interesse no cumprimento dos deveres do magistério da digna professora e sua aptidão para semelhante cargo. São bem felizes os pais de famílias do Piancó, pois ao menos contam com instrução primária para seus filhos, uma necessidade tão precisa de ser satisfeita, como é a do pão para a boca. (Seixas, 1985, p. 82)<sup>9</sup>

No que diz respeito à leitura, ao professor era exigido desenvolver em seus alunos hábitos de leitura com pronúncia clara e distinta, conforme o Regulamento da Paraíba, de 20 de Janeiro de 1849:

Art. 42 – os professores devem conhecer os melhores métodos de leitura, e não cingirem-se ao antigo soletramento, em extremo defeituoso. O professor caprichará em dar aos alunos uma pronúncia clara e distinta, não bastará que o discípulo leia as palavras, é mister que faça sentir a pontuação. Grande parte dos professores

---

9 grifos nossos

são dignos de censura pelo muito pouco caso em que tem tais coisas; os seus discípulos lêem com tamanha rapidez, e tão má pronúncia, que ninguém os entende. Será também preciso corrigir os discípulos nas entonações viciosas, que de ordinário contraem, e habituá-los a tornar pouco a pouco, nas leituras, o tom conveniente ao objeto do qual se tratar. (Paraíba, 1849, in: Pinheiro e Cury, 2004, p. 27).

Os exames de leitura e escrita serviam de estratégias de controle, fiscalização por parte do presidente da província sobre o trabalho do professor, que não apenas se dava no acesso ao cargo, na forma de concurso, mas, sobretudo, na sua atuação em sala de aula para a manutenção da sua função e, conseqüentemente, do seu salário. Assim, os exames realizados pelo presidente de província eram um dispositivo para as medidas cabíveis contra ou a favor do professor.

Nesse sentido, cabiam aos professores das escolas de primeiras letras executarem adequadamente sua função, a de educar e instruir as crianças, já que eram os agentes do Estado. Nessa perspectiva, Mattos (1990) aponta a tarefa do professor no Império:

Os professores representavam a possibilidade, por seu trabalho vivo na escola, do nexos fundamental entre instrução e educação, na medida em que fossem conscientes tanto dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura representada pelos alunos - entendida como ausência de civilização - quanto de sua tarefa, que consistia em propiciar uma inclusão por meio da formação disciplinada dos futuros homens e cidadãos. (p. 267)

Já em Sousa, no dia 2 de outubro, o presidente

... acompanhado por sua comitiva, às 7 horas da manhã, toda a cidade e depois do almoço visitou S. Exa. as escolas de ambos os sexos; a do masculino é frequentada por 39 alunos, número verificado, que mostram aproveitamento, e na do feminino quase que o contrário fora observado" (Seixas, 1985, p. 86).

A ausência de informação dada n'O *Imparcial* impede de o leitor tomar conhecimento a respeito dos dados quantitativos, bem como saber

se tiveram desempenho nos exames dirigidos pelo Sr. Silva Nunes.

No entanto, o Relatório da Diretoria da Instrução Pública da Paraíba, de 1º de março de 1861<sup>10</sup>, informa que, no ano de 1860, na cidade de Sousa, a frequência foi de 51 meninos e 36 meninas, evidenciando uma distinção de dados. Mas, isso pode ser justificado em virtude do preenchimento dos mapas dos professores, os quais eram enviados para o presidente de província. Ainda, conforme esse documento, havia dois professores nessa cidade, um para os meninos e outra para as meninas. Apenas para compreender o quadro de números de aulas e alunos nesta província, esse relatório apresenta, nesse ano, 89 aulas do ensino primário com um total de 2.049 alunos. Dessas, 64 eram do sexo masculino, com 1.697 alunos, e 15 aulas do sexo feminino possuíam 352 meninas.

A responsabilidade do professor no desempenho dos exames aplicados aos alunos permaneceu nas demais vilas e cidades, a exemplo da vila do Catolé do Rocha, e de Pombal, respectivamente. A identificação da professora foi digna de menção, podendo ser entendido como exaltação e/ou conhecimento que ela pode ter na sua vila:

...as escolas de meninos e meninas, na destas, que é regida interinamente pela sra. d. Clea e de há pouco tempo achou o mesmo exmo. sr. que da parte das discípulas havia aproveitamento, e da parte da professora, aptidão para o cargo, entretanto que na de meninos encontrou a estes em estado de atraso um pouco adiantado, sendo o exercício do professor de 1842. (Seixas, 1985, p. 88),<sup>11</sup> (<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe...>) as aulas de instrução primária de ambos os sexos; sendo que a do feminino estava fechada, por haver dado parte de doente a professora, que se supõe o fizera para não ser conhecida a sua incapacidade para o magistério, sendo além disto pouca assídua, a ponto de ter um pequeno número de discípulos, 4 a 6. Entretanto, porém, que na de

---

10 Para conhecer os dados da instrução primária, conferir o mapa 1 desse Relatório, localizado no site <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>, no qual apresenta o demonstrativo das escolas da instrução pública primária do sexo masculino e feminino, contendo os nomes dos professores, localidades, provimento e o número de alunos que frequentaram durante o ano de 1860.

11 grifo nosso

meninos mostraram estes adiantamentos, sendo o número dos matriculados de 23. As informações colhidas acerca desse professor muito o honrou. (Seixas, 1985, p. 92)<sup>12</sup>

Nesse discurso, ainda se verifica que o tempo de exercício do professor serve de justificativa para o 'estado de atraso dos meninos', pois este já está perto da jubilação, cujo tempo de serviço no magistério é de 25 anos. No que diz respeito à professora que se encontrava por doente no dia da visita, compreende-se que a ausência da escola igualmente foi um motivo para não ficar evidente "a sua incapacidade para o magistério". Se por um lado o presidente toma estas justificativas para apresentar como discurso de verdade aos leitores do jornal *O Imparcial* que os professores não desempenham a sua função, do outro lado as atitudes deles podem ser compreendidas como insubordinação ao controle do Estado, evidenciando suas táticas no campo das correlações de força. Dito de outro modo, os professores não se submetem às inspeções e/ou fiscalização sobre o seu trabalho, subvertendo a ordem, por meio do silêncio, ausência, demissões e outras práticas de ensino contrárias as estabelecidas por regulamentos.

Na vila de Patos, o motivo para a aposentadoria foi o desinteresse do professor, onde o sr. Silva Nunes verificou que "nesta foi patente o nenhum interesse que tem tomado o professor pelo ensino e a sua incapacidade para o cargo, do que solicitou de S. Exa. a sua aposentadoria". (Seixas, 1985, p. 94)<sup>13</sup>. Preferiu-se não ter professor a um que não ensinasse aos alunos, pois, de acordo com o registro no jornal, não há a menção a sua substituição.

Em Alagoa Nova, o Sr. Silva Nunes verificou a permanência de alunos durante anos na mesma aula, de modo que ainda assim não apresentou bom desempenho. A lamentação de pais de famílias ao presidente faz distinguir a diferença entre professor e mestre:

...foi ver também a escola de primeiras letras onde o mesmo exmo. sr. examinou dois meninos, os mais adiantados, ambos leram mal, as escritas apresentadas eram péssimas.

Perguntou S. Exa. ao professor quais as contas que faziam os mais

---

12 grifos nossos

13 grifos nossos

adiantados, respondeu o mesmo, que quebrados, então S. Exa. escreveu uma conta de dividir, muito simples, os meninos não souberam fazer a conta.

Um frequenta a aula a 6 e outro a 5 anos; estado tão próspero não podia agradar a S. Exa., a quem se queixaram alguns pais de famílias da falta que lhes faziam um mestre para seus filhos. (Seixas, 1985, p. 97)

Já na vila da Independência, o presidente “foi à escola de primeiras letras do sexo masculino, onde viu 43 alunos, sendo o número dos matriculados muito avultado, e teve ocasião de observar que o professor tem méritos e os discípulos adiantamento;” (Seixas, 1985, p. 101)<sup>14</sup>. E na última cidade da itinerância - Mamanguape - “as escolas foram visitadas por S. Exa. que encontrou adiantamento nas alunas da do sexo respectivo, entretanto que na de meninos o adiantamento não corresponde ao tempo da matrícula dos mesmos meninos.” (Seixas, 1985, p. 102).

A situação precária da instrução pública primária nas localidades visitadas pelo Presidente da província tão-somente é de responsabilidade do professor, conforme divulgou o jornal *O Imparcial*, de modo que era ressaltada com adjetivos que o desqualificavam. O relato do presidente não expõe a situação das escolas visitadas, de modo que não se divulgou as condições destas e de encargo do professor. Assim, para o sucesso ou fracasso escolar dos alunos vários fatores devem ser considerados. Nessa época, era comum as aulas ocorrerem nos lares dos próprios professores ou em casas sem estrutura, pois essas deveriam ser de responsabilidade do professor, conforme evidenciava desde 1837, no art. 9º da lei nº 20, de 6 de maio desse ano, o qual estabelece:

Tanto os professores, como as professoras de fora da cidade, além do ordenado, que vencerem, receberão aluguel das casas em que derem aula; perceberão, porém, a metade se habitarem a mesma casa, o que tudo constará ao Presidente da Província oficialmente, e da maneira que o mesmo, sobre este objeto detalhar. A disposição deste artigo só terá lugar onde não houver Edifício Público, que possa para isto ser aplicado (Paraíba, 1837, in: Pinheiro e Cury, 2004, p. 18)<sup>15</sup>.

---

14 grifos nossos

15 grifos nossos

Para a falta de aproveitamento escolar dos meninos e meninas não foram apresentados as possíveis soluções, as quais poderiam estar nos Relatórios de Província e de Diretores da Instrução Pública. No que diz respeito ao professor, o que foi feito por parte desse presidente para solucionar a falta de aproveitamentos deles, sendo essa diretamente relacionada à formação do professor? A possível solução estaria em mais recursos para melhorar a estrutura e qualificar o professor. Entretanto, os documentos oficiais da época registraram o oposto.

No Relatório de 1860, o Sr. Silva Nunes reconhece que “não há só a falta de edifícios apropriados, como também o estado actual dos cofres da província não admite o acrescimo de despesas que traria essa completa execução.” (Paraíba, 1860a, p.6). Frente ao cenário de penúria econômica, o presidente não recomenda a abertura de escolas, bem como mais gastos relativos à remuneração dos professores, por considerá-la de alto custo, e, em razão disso, deve ser realizada por aqueles que mereçam, conforme mostra o seu posicionamento no mesmo documento:

Consta-me que cadeiras de primeiras letras existem com um numero diminutissimo de alunos, e em lugares sem população. Compreendeis facilmente que não deve nem póde a província crear em um só ponto, quanto mais em tantos, outras tantas sinecuras, com o pingue ordenado de 800\$ rs. Digo pingue em relação aos vencimentos, em toda a parte, desta classe de funcionários. Em província nenhuma do império são eles remunerados como na Parahyba. Longe de censurável, é louvável esse procedimento dos legisladores da província; cumpre porém que esse bom vencimento só o tenha quem verdadeiramente trabalha e mereça; que só tenha professor a localidade que, pela sua importância e população tiver direito ás despesas que traz consigo a criação de uma escola. (Paraíba, 1860a, p.7)<sup>16</sup>.

Assim, e sem preterirdes a vitaliciedade de professor, que, para obter esse direito e essa garantia, se sujeita á vida honrosa, mas penosa do magistério, poderíeis poupar grandes sommas á província, sem prejuízo para a instrução, sem injustiça aos professores e com

---

16 grifos nossos

grande proveito para os cofres que dessa forma se habilitarão mais cedo á feitura de obras de maxima importância que ahi jazem paradas ou sem princípio, por falta de dinheiro. (Paraíba, 1860a, p.8).

A proposta de corte no orçamento da instrução pública é em decorrência de ser a maior despesa da província, segundo o exercício de 1859, apresentado no relatório de 1860. Abaixo, há a relação da quantia das despesas da província.

Tabela 1: Despesas na província da Paraíba, no exercício de 1859 (1860).

Assembléa provincial	11:300\$000
Secretaria do governo	14:581\$932
Instrução publica	60:084\$049
Culto publico	2:026\$626
Administração da fazenda	35:760\$016
Força policial	44:114\$970
Presos e cadeias	20:363\$734
Saúde publica	1:100\$000
Iluminação publica	17:583\$734
Obras publicas	17:583\$734
Aposentados e pensionistas	18:571\$781
Eventuaes	681\$836
Desapropriações	20:250\$000
Subenção á câmara municipal da capital	600\$000
Hospital de caridade	1:484\$320
Diversos créditos	33:172\$715
Emprestimo	500\$000
Adiantamentos	2:520\$754
Amortização de empréstimo	200\$000
Restituições	293\$600
Exercicios findos	5:123\$710

Fonte: (Paraíba, 1860b, p.3).

O discurso de culpabilidade do presidente acerca do professor em relação ao aproveitamento ratifica a sua ideia de reorganizar as finanças na província em favorecimento de outras obras que julga ser de maior importância que a instrução de um povo. Embora planejasse isso, o sr. Silva Nunes “não extinguiu cadeira alguma”, mas, por meio da “Resolução n. 45, de 26 de Outubro foi creada uma cadeira de primeiras letras do sexo feminino em Alagoa Grande” (Paraíba, 1861, p. 32), como afirma no Relatório de 1861. Contudo, não se mencionou os seus gastos com a viagem ao sertão no relatório de província, somente apresenta um mapa (nº 22) das distâncias das localidades que percorreu em um mês.

Com efeito, o discurso n’*O Imparcial* apresenta uma faceta do presidente que demonstra estar antenado com a proposta do Imperador: a de conhecer o seu reino. Isso fica mais claro quando o presidente declara no seu último relatório de presidente de província em 1861 que “tratando-se da primeira administração que me era confiada” (Paraíba, 1861, p. 46). Assim, a viagem foi uma maneira de conhecer a elite das localidades que visitou e os estabelecimentos públicos, ao mesmo tempo em que se fez ser conhecido, apresentando-se como um “homem cordial”, que “é a forma natural e viva que se converteu em fórmula” (Holanda, 1987, p. 107), onde quer que fosse. A viagem ao sertão da Paraíba pode, ainda, ser entendido como uma forma de se projetar nacionalmente, uma vez que os presidentes fazem carreira política. Após o exercício de presidente de província na Paraíba, o sr. Silva Nunes assumiu o cargo de deputado pela província do Espírito Santo (1861-1868) e presidiu a província da Bahia de 16 de agosto de 1875 a 5 de fevereiro de 1877.

*O Imparcial* tornou-se um veículo promissor para tal feito e estampou em suas páginas um presidente de província ao molde do Imperador. Nessa perspectiva, o jornal se configurou como “instrumento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimento”, no qual se fez valer “o poder das palavras”, por meio da “crença na legitimidade das palavras e daquele que pronuncia, crença cuja produção não é a competência das palavras” (Bourdieu, 2009, p. 15). Além disso, podemos compreender o relato de viagem transformado em notícias inserido em uma “ordem do discurso” (Foucault, 2000), as quais estavam revestidas de um poder, qualificando a posição de quem falava. A notícia de um

acontecimento dependerá dos jogos de poder estabelecidos entre os participantes, de modo que é preciso pensar o discurso como o lugar do exercício do poder.

No que diz respeito às visitas nas escolas de primeiras letras, essas tinham como principal objetivo o controle do trabalho dos professores, pois ao presidente caberia culpá-los se o aluno não aprendeu e parabenizá-los do contrário, e, assim, contratar mais professores e/ou demitir outros. Quanto aos professores apresentados no discurso do presidente de província, estes se apresentavam ora como subordinados, ora insubordinados. Mas, de um modo geral, os professores estavam limitados a receber seu salário, desde que apresentasse mensalmente ao presidente de província o mapa de frequência dos alunos devidamente rubricado pelo inspetor geral. Mas também lhes cabiam aplicar castigos aos alunos indisciplinados, utilizar métodos de ensino diferentes do estabelecimento em lei, se comprovada sua eficiência na aprendizagem dos alunos, e requerer concurso quando interinos. Mediante ao cumprimento dos deveres do magistério, os professores eram bem vistos.

Por meio dessa vigilância nas escolas e em outros estabelecimentos públicos apresentada no relato no jornal, o Sr. Silva Nunes buscou se constituir como figura de estadista para a população da província da Paraíba, ainda que o seu período de atuação nela tenha sido de 17 de abril de 1860 a 17 de março de 1861, sendo a sua primeira atuação em administração provincial, de modo que o possibilitou se inserir na história de políticos da Paraíba e do Brasil.

Por fim, reconstituir o relato de viagem do presidente de província, Sr. Silva Nunes, por meio do jornal possibilita compreendê-lo a partir de informações, dados, fatos e costumes de uma época. Entretanto, faz-se necessário “analisar os filtros existentes entre os fatos narrados nos relatos e o seu narrador” (Franco, 2011, p. 67), bem como o suporte onde esses foram publicados. Nessa perspectiva, a imprensa é um veículo de poder em que as relações entre o dito e o acontecido há uma distância, de modo que não podemos entender esse suporte como a representação fiel da realidade, haja vista sua condição de divulgar notícias e servir à própria estrutura de poder.

## Referências bibliográficas

- Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Foucault, M. (2000). *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Foucault, M. (2012). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.
- Franco, S. M. S. (2011). Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In M. A. Junqueira, S. M. S. Franco (orgs.), *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas.
- Holanda, S. B. (1987). *Raízes do Brasil*. 19 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- Junqueira, M. A. (2011). Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: Junqueira, M. A., Franco, S. M. S. (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas.
- Mattos, I. R. (2004). *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec.
- Oliveira, C. M. S. e Cury, C. E. (2013). A província em festa: celebrações e poderes simbólicos na visita de sua majestade imperial à Parahyba do Norte – 1859. In *Artelogie*. Disponível em <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article167>.
- Outeirinho, M. de F. (s/d). *Fragmento e narrativa de viagem*. Disponível em [www.lerletras.up.pt/uploads/ficheiros/6712.pdf](http://www.lerletras.up.pt/uploads/ficheiros/6712.pdf).
- Paraíba. Lei nº 20 - de 6 de maio de 1837. (2004). In: Pinheiro, A. C. F. e Cury, C.E. (Orgs). *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial*. Brasília. INEP.
- Paraíba. Regulamento de 20 de janeiro de 1849. (2004). In: Pinheiro, A. C. F. e Cury, C.E. (Orgs). *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial*. Brasília. INEP.
- Paraíba. Lei nº 12 - de 8 de agosto de 1860. (2004). In: Pinheiro, A. C. F. e Cury, C.E. (Orgs). *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial*. Brasília. INEP.
- Paraíba. (1860a.) Relatório do Inspector do Tesouro Provincial, José Carlos da Costa Ribeiro. In: Paraíba. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes*. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa.
- Paraíba. (1860b). *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa da provincia da*

Uma viagem ao sertão da Paraíba: presidente Silva Nunes no jornal O Imparcial

*Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes.* Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa.

Parahyba. (1861). Relatório Diretoria da Instrução Pública da Parahyba em 1 de março de 1861. In: Parahyba. *Relatorio com que o ill.mo e ex.mo snr. barão de Mamanguape recebeu do ill.mo e ex.mo snr. dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da provincia da Parahyba do Norte a 17 de março de 1861.* Parahyba, Typ. de J.R. da Costa.

Seixas, W. N. (1985). *Viagem através da Província da Paraíba.* João Pessoa: A União Cia. Editora.

Sena, F. (2011). A imprensa e Carlos Dias Fernandes: o processo de legitimação como autor de livro didático. *Educação Unisinos* 15 (1), 70-78.

Sena, F. e Barbosa, S. de F. P. (2012). Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no Império. *Educação Unisinos* 16 (1), 36-47.

## APÊNDICE



**Figura 1:** Mapa da Paraíba no século XIX

Fonte: [www.google.com.br/mapadaparaibaseculoxix](http://www.google.com.br/mapadaparaibaseculoxix).